

04/01/2019

## **Leis Penais especiais objetivo**

Professor: Leonardo Galardo

### **Lei de Proteção às Vítimas e Testemunhas – Parte 1**

#### **Resumo**

---

Vamos falar sobre a lei 9807/99 é a lei que protege vítimas e testemunhas, essa proteção que a lei da, ela é estendida não só as vítimas, mas também aos parentes. Para participar desse programa de proteção a vítima tem que estar de acordo com programa.

Essa proteção pode ser estendida ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes desde que essas pessoas tenham um convívio habitual com essa vítima ou testemunha que vai ser protegida.

OBS: O município não executa programa de proteção à vítima ou testemunha, por que esse programa vai ser executado no âmbito da União, dos Estados e o Distrito Federal, mas não há problemas em celebrar convênio entre esses entes, ex: convênio entre Estado e o DF, pode também celebrar esses convênios com unidades não governamentais, empresas privadas, organizações.

Quanto a fiscalização entre esses convênios, ela ficara, quando for de interesse da união integrar esses convênios, a fiscalização será do órgão do Ministério da Justiça com atribuição para execução de políticas de direitos humanos.

Há pessoas que estão excluídas desse programa de proteção a vítima e a testemunha.

- Quem tiver conduta incompatível com o programa, ex: não cumprir as regras que lhes forem passadas.
- Condenados que estão cumprindo pena
- Os indiciados ou acusados sobre prisão cautelar

#### **Exercícios**

1) Polícia Militar - MG (PM/MG) 2017 (2ª edição)

Cargo: Técnico de Enfermagem / Questão 37

Banca: Nível: Médio

A Lei n. 9.807, de 13 de julho de 1999, tem como objetivo, estabelecido no caput, do Art. 1º, a proteção de vítimas e testemunhas, que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal. Considerando o parágrafo 2º do Art. 1º, da mesma Lei, a supervisão e a fiscalização dos convênios, acordos, ajustes e termos de parceria de interesse da União ficarão a cargo:

- A)** Do órgão do Ministério da Justiça com atribuições para a execução da política de direitos humanos.
- B)** Do órgão do Poder Judiciário com atribuições para a execução da política de direitos humanos.
- C)** Do órgão do Ministério Público com atribuições para a execução da política de direitos humanos.
- D)** Do órgão do Ministério da Fazenda nacional com atribuições para a execução da política de direitos humanos.

2) Polícia Civil - RN 2009

Cargo: Delegado de Polícia Substituto / Questão 85

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

De acordo com a Lei n.º 9.807/1999, que trata de Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas, assinale a opção correta.

- A)** Estão excluídos da proteção os ascendentes e os dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou a testemunha.
- B)** Estão incluídos nessa proteção os condenados que estejam cumprindo pena, uma vez que é dever do Estado proteger a integridade física do preso.
- C)** O ingresso nesse programa e as restrições de segurança independem da anuência da pessoa protegida ou de seu representante legal.
- D)** A solicitação visando ao ingresso nesse programa poderá ser encaminhada ao órgão executor pelo interessado, por representante do MP, pela autoridade policial que conduz a investigação criminal, pelo juiz competente para a instrução do processo criminal ou por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos.
- E)** Os programas não compreendem ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, se a pessoa protegida estiver impossibilitada de desenvolver trabalho regular.

3) Polícia Civil - AC 2008

Cargo: Delegado de Polícia / Questão 88

Banca: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos UnB (CESPE)

Nível: Superior

Considerando o programa especial de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas e a legislação correlata, julgue os itens que se seguem. Em caso de urgência e considerando a procedência, a gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do conselho deliberativo, comunicando-se imediatamente o fato aos membros deste e ao Ministério Público.

- C) Certo**
- E) Errado**

Gabarito

- 1) A
- 2) D
- 3) C